

EQUIVALÊNCIA: SINÔNIMO DE DIVERGÊNCIA¹

Alessandra Ramos de Oliveira
Universidade de Brasília – University College Dublin
oliveira.ales@gmail

Resumo: Este artigo tem por objetivo avaliar a relevância da noção de equivalência nos atual estágio da teoria da tradução, com base em um breve panorama da concepção de equivalência em três momentos teóricos considerados representantes dos principais posicionamentos acerca do tema. A análise dessas linhas teóricas, a saber, a abordagem lingüística, a histórico-descritiva e a desconstrucionista, no que se refere à sua atitude frente à equivalência e à tradução, mostra que a teoria da tradução não ficou indiferente ao fenômeno da crescente afiliação da ciência e da filosofia a posturas ligadas ao pós-modernismo e à ausência de paradigmas consensuais.

Palavras-chave: equivalência, teoria da tradução, abordagem lingüística, abordagem histórico-descritiva, desconstrucionismo.

Abstract: This paper is aimed at evaluating the relevance of the concept of equivalence for contemporary translation theory, based on a brief survey of how that concept was perceived in three different theoretical schools of thought, which can be considered as representatives of the main positions relating to the concept of equivalence. The analysis of those theoretical perspectives, namely, the linguistic approach, the historical-descriptive approach and the deconstructionist approach, with regard to equivalence and translation itself, shows us that translation theory was never indifferent to the growing affiliation of science and philosophy to the positions linked to post-modernism and to the recognition of the absence of consensual paradigms.

Keywords: equivalence, translation theory, linguistic-oriented approach, historical-descriptive approach, deconstructivism.

O estudo da tradução, por envolver uma comparação entre línguas diferentes, implica sempre uma reflexão sobre a equivalên-

cia, seja para defendê-la seja para descartá-la. As muitas páginas dedicadas ao assunto comprovam o interesse que a equivalência desperta nos teóricos e Fawcett chega a afirmar que a equivalência é o “conceito que provavelmente causou o maior número de mortes de árvores na teoria da tradução” (1997, p. 53).

Neste artigo, serão discutidas as atitudes de três linhas teóricas da teoria da tradução quanto à equivalência. São elas: a abordagem de orientação lingüística, a abordagem histórico-descritiva e a corrente desconstrucionista, que se tornou forte dentro dos estudos teóricos de tradução no Brasil. Embora houvesse a opção de analisar outras vertentes teóricas, entende-se que as posições defendidas pelas correntes citadas representam a mudança que ocorreu e vem ocorrendo na forma como a tradução e a equivalência são encaradas, reflexo da revolução epistemológica a que assistimos, referente ao progressivo abandono do paradigma positivista-cientificista rumo à adoção de posturas científicas e filosóficas ligadas ao pós-modernismo, ou à ausência de um paradigma consensual.

1. A lingüística e o papel central da equivalência

A abordagem lingüística é caracterizada pela tentativa de tratar a tradução como ciência, nos padrões do paradigma estruturalista reinante nas décadas de 60 e 70 e pela importância dada à língua e à cultura do texto de partida (RODRIGUES, 2000, p. 22-23). Também chamada de ‘abordagem científica’, ela tem no estudo da equivalência a sua essência e foi representada por John Catford, Eugene Nida e pelos pesquisadores da chamada Escola de Leipzig.

Em seu livro *Uma Teoria Lingüística da Tradução*, Catford defende o status da equivalência como conceito central à tradução, e afirma que “o problema central em prática de tradução consiste em encontrar equivalentes de tradução da LM”, e que a principal função da teoria da tradução é “definir a natureza e as condições da equivalência de tradução” (1980, p. 23). A ênfase dada à equivalência se

justifica pelo objetivo dos estudos tradutológicos feitos sob a perspectiva lingüística, que era prescrever regras para a tradução. Dessa forma, delimitar e explicar como chegar a termos equivalentes era fundamental para o estabelecimento de normas a serem seguidas pelos tradutores para conseguirem uma tradução adequada.

Essa vertente dos estudos da tradução parte do princípio de que é possível comparar duas línguas mediante o estabelecimento de equivalentes entre elas. Os estudos realizados pelos autores citados não têm como principal motivação a prática de tradução em si, mas o exame das diferenças e das semelhanças entre as línguas, fundamentado no equivalente (RODRIGUES, 1999, p. 275).

A noção de um significado estável compartilhado por línguas diferentes é basilar para a busca do equivalente. Rodrigues demonstra que, para Catford, preocupado com a sistematização,

as línguas partilham o mesmo status, as questões culturais não influenciariam a tradução, o agente do processo, o tradutor, não teria maior participação e questões de espaço e tempo são excluídas do modelo, como se não fossem relevantes para o processo (1999, p. 61).

Catford, cujas idéias são consideradas ultrapassadas por autores mais modernos, é um nome que se faz presente, de uma forma ou de outra, em qualquer levantamento sobre equivalência, o que mostra sua relevância, ao menos histórica, para os estudos desse tópico. Ele apresentou à tradução dois termos que passariam a fazer parte do estudo da equivalência. O primeiro, a equivalência textual, é definido, de forma cíclica e pouco clara, como “qualquer texto ou porção de texto da LM que, pelos métodos abaixo descritos, se observe ser numa ocasião específica o equivalente de determinado texto ou porção de texto da LF” (1980, p. 29). Esses ‘métodos’ seriam a informação dada por um informante bilíngüe ou um tradutor ‘competente’ e a comutação, ou seja, a modificação de porção de texto da LF para observar o que muda na LM. A

porção que se altera na LM “se considera assim como o equivalente da porção modificada do texto da LF” (1980, p. 30).

O segundo conceito associado a Catford é o de correspondência ou equivalência formal, entendido como a relação entre classes ou categorias gramaticais, e que o autor define como “qualquer categoria da LM que se possa dizer que, tão aproximadamente quanto possível, ocupa na economia da LM o ‘mesmo’ lugar que a categoria considerada da LF ocupa na LF” (1980, p. 35).

Já Eugene Nida, cujo trabalho voltou-se para a tradução bíblica missionária, é um representante menos radical dessa corrente, apesar de a visão de um significado único fazer parte de sua idéia de tradução, como confirma a seguinte passagem:

Se considerarmos que os autores da Bíblia esperavam ser compreendidos, devemos também considerar que eles pretendiam que o texto tivesse um sentido e não vários, a menos que uma ambigüidade intencional seja lingüísticamente ‘marcada’ no texto (NIDA; TABER, 1982, p. 7).

Apesar de ainda conceber a tradução como igualdade de valores, Nida considera os aspectos culturais e antropológicos envolvidos na tradução e não somente os fatores lingüísticos, como Catford. Sua preocupação é com a função do texto de partida, repassada ao texto de chegada pelos equivalentes funcionais.

Dois conceitos instituídos por Nida se tornariam importantes para a teoria da tradução: a correspondência formal e a equivalência dinâmica. A primeira enfatiza a mensagem em si, em força e conteúdo. A segunda tem como preocupação resgatar o efeito pretendido pelo texto original. Com essas duas ‘ferramentas’, o tradutor estaria apto a trazer ao leitor da tradução as intenções e efeitos do texto ‘original’.

O conceito de equivalência dinâmica de Nida tem reflexos no trabalho de outros autores, adeptos do que foi chamado de equivalência funcional, como Newmark. Para este autor, a tradução deve

despertar em seu leitor uma reação que possa se confundir com a reação que teve o leitor do original, por força do princípio do efeito similar ou equivalente. Há uma tentativa de unir os dois pólos do processo tradutório, o original, e a intenção de seu autor, e o receptor do texto traduzido. Newmark faz um comentário para demonstrar a utilização do princípio do efeito equivalente: “ ‘Quem é o leitor desse texto?’ É a primeira pergunta do professor de tradução” (1981, p. 10).

Para Nida, o bom tradutor deve afastar seus próprios valores ideológicos e culturais para que possa chegar aos significados depositados pelo autor no texto de partida. Sua função não é melhorar ou esclarecer as idéias do texto, mas simplesmente refleti-las (NIDA; REYBURN, 1981, p. 44). Essa posição de reverência à mensagem do ‘original’ se justifica pelo fato de Nida ter se dedicado à orientação de tradutores missionários, engajados, portanto, na disseminação da ‘palavra de Deus’, inquestionável e soberana. O objetivo é levar a palavra, por meio da identificação dos significados do texto e da reação dos leitores, que são “desvinculados da história, traduzidos para um novo contexto e forçados a funcionar da mesma maneira. (GENTZLER, 1993, p. 54).

Nota-se que o papel ativo do tradutor, supostamente neutralizado por decisão consciente, embora reconhecido, é tido como algo negativo a ser controlado. Somente a interpretação correta do texto, ou seja, o resgate de seu sentido único, sem influências da situação do tradutor, possibilitaria a transposição adequada da mensagem. Poder-se-ia perguntar quais instituições ou interesses detêm o poder de estabelecer esse sentido único, função que lembra a do informante bilíngüe de Catford.

Vemos que a admissão, por parte de Nida, do fato de o tradutor estar inserido em um determinado contexto não é suficiente para alterar a fundamentação essencialista da busca do equivalente. Pressupõe-se, assim, a unicidade da leitura, a existência de apenas uma interpretação válida ou possível. Os significados estão todos no texto e o papel do tradutor é reiterá-los de forma honesta, ou

seja, sem se deixar levar por seus próprios valores, já que o que deve ser registrado na tradução é o ponto de vista do autor e não o do tradutor (NIDA; REYBURN, 1981, p. 19).

Deve-se acrescentar que a possibilidade de resgatar, por meio da leitura e da tradução, o sentido único do texto está presente em muito da pesquisa feita em tradução, o que demonstra a força de idéias como as defendidas por Catford e Nida. Um bom exemplo é o trabalho de Marianne Garre (1999), que, ao longo de discussão sobre os direitos humanos e a tradução de documentos a eles referentes, levanta a questão dos conceitos controversos (*contested concepts*). Esses seriam conceitos que podem ser compreendidos de forma distinta por pessoas ou povos de culturas distintas, como 'democracia' ou 'liberdade de expressão'. Como Nida, a autora parte do princípio de que haveria um sentido único para o conceito, que não pode ser capturado pela tradução por ser diferente na outra língua. Ao discutir a diversidade de traduções, em dinamarquês, para *criminal offence*, afirma que

as diferentes traduções sugerem que é difícil para o tradutor estabelecer com exatidão o sentido do conceito em inglês e que, ao invés de escolher um conceito correspondente, o tradutor dinamarquês mostra parte da controvérsia subjacente ao conceito em inglês (GARRE, 1999, p. 169).

2. Os Estudos da Tradução e a progressiva desvalorização da equivalência

Na última metade do século XX, as visões lingüísticas da equivalência começaram a ser atacadas por estudiosos que viam a tradução a partir de uma perspectiva contextualizada e histórica e se dedicavam principalmente à análise da tradução literária e à literatura comparada. A chamada abordagem histórico-descritiva deu

origem à linha dos Estudos de Tradução, também conhecida como 'Escola de Manipulação', e tem como principais autores André Lefevere, James Holmes, José Lambert, Theo Hermans, Susan Bassnett, Gideon Toury e Itamar Even-Zohar. Hermans faz afirmação que resume as convicções do grupo quando diz que em toda tradução há manipulação do texto fonte para um propósito definido (1985, p. 11).

É importante notar que essa reação só foi possível devido a uma mudança dos paradigmas de conhecimento científico. O essencialismo positivista é questionado e a idéia de uma verdade única a ser descoberta pela ciência é abandonada. O conhecimento toma uma roupagem mais flexível, que admite interferências culturais e pessoais.

Nessa linha, a ênfase é dada à recepção do texto traduzido e às situações que envolvem o tradutor durante o processo tradutório. A manipulação do texto pelo tradutor é tida como característica da atividade e, portanto, algo que deve ser reconhecido. O texto traduzido ganha vida própria, rompe as barreiras que o limitavam a texto secundário e torna-se fato histórico por si só. As palavras de ordem são 'reescritura', 'descrição', 'história', 'cultura'. A tradução é considerada a forma mais reconhecida de reescritura (LEFEVERE, 1992, p. 9), portanto, representativa das idéias defendidas pelos autores sobre ideologia e manipulação cultural.

Para as análises de tradução, é usado o texto como um todo, e as escolhas do tradutor são o foco de interesse do analista, que deseja reconhecer os fatores que culminaram no texto meta e não prescrever regras que orientem os tradutores. A preocupação é descritiva e, como afirma Rodrigues, a tradução é abordada "como criação artística, com fins estéticos, e os trabalhos não se sistematizam em um enfoque teórico, pelo contrário, buscam mostrar particularidades da recriação estética" (1999, p. 101).

Sem dúvida, um aspecto importante que agrega os autores dos Estudos de Tradução é a negação da equivalência "enquanto construto definido com base no texto de partida, um ideal a ser atingido e sujeito a regras determinadas pelos teóricos"

(RODRIGUES, 1999, p. 115). Holmes, citado por Gentzler (1993, p. 95), por exemplo, rejeita textualmente a possibilidade de existir equivalência na tradução e acredita que o número de traduções diferentes para um mesmo texto será igual ao número de tradutores envolvidos (1973, p. 68)².

Para Hermans, o conceito de equivalência liga-se a questões que vão além da relação lingüística e envolvem tópicos mais profundos de dominação e equilíbrio de poder. Segundo ele, a equivalência sugere igual valor, intercâmbio e relações entre iguais, o que esconde a cumplicidade da tradução no que se refere ao estabelecimento e/ou à manutenção de relações de poder (1999, p. 61). Assim, nem mesmo a existência da equivalência semântica, se houver, é suficiente para “desfazer a não-equivalência que ocorre simultaneamente com referência a aspectos igualmente relevantes da tradução que estão ligados a questões de status e de papéis [sociais], e, portanto, de sentido e significado da tradução” (p. 61).

Toury (1980) considera a equivalência apenas um nome dado a uma das relações existentes entre o texto fonte e o texto meta. Ele não descarta a equivalência, mas a coloca em posição desvalorizada, pois acredita que a situação de produção e recepção em que o tradutor e o seu trabalho se inserem são os pontos-chave na tradução. Hermans, no entanto, acredita que a noção deve ser totalmente abandonada. Na sua opinião, a transparência ou apagamento do texto traduzido e do tradutor em favor do texto original e do autor é o que garante a equivalência, resultado que considera ilusório:

Todos sabemos que uma tradução não pode coincidir com seu texto-fonte. Ela contém palavras diferentes, significados diferentes. Não é somente a língua que muda com a tradução, é também o enunciado, a intenção, o momento, a função, o contexto. A intervenção do tradutor não pode ser apagada sem que seja apagada a própria tradução. Esta é necessariamente híbrida, marcada, opaca, diferente. A crença na equivalência é uma ilusão – talvez uma ilusão necessária em termos pragmáticos e sociais, mas ainda assim uma ilusão. (1999, p. 63)

Gideon Toury e Theo Hermans propõem o reconhecimento de normas na tradução. Sem nenhum aspecto prescritivo, elas seriam uma categoria para a análise descritiva da tradução e funcionariam como padrões ou modelos de comportamento ou de produtos (texto traduzido) corretos ou apropriados aos quais o tradutor obedece. Essa adequação é fruto da internalização, por parte do tradutor, de limitações sociais e culturais durante sua vida. A atividade tradutória não é vista como governada predominantemente pelos sistemas lingüísticos envolvidos, e a tradução, como produto, “é todo texto que seja considerado e aceito como uma tradução por uma determinada sociedade” (TOURY, 1980 apud SCHÄFFNER, 1999, p. 5).

Inegavelmente, a disciplina dos Estudos da Tradução trouxe inovações ao pensamento sobre tradução e sobre equivalência. Propiciou aos que se preocupam com a tradução campos de pesquisa que ultrapassavam a rigidez desejada pela lingüística tradicional e, ao adotar posições ligadas à recepção do texto e à atuação do tradutor como agente cultural, mostrou que a equivalência só poderia se dar de forma contextualizada e negociada, o que, de alguma forma, põe em destaque o fato de a tradução não ser simples repetição das palavras do autor em uma outra língua.

Apesar disso, a Escola de Manipulação pode ser questionada por ter enfatizado os textos literários e não ter demonstrado a validade da aplicação das normas para textos mais pragmáticos. Além disso, há quem afirme que essas idéias têm muitos pontos em comum com as noções tradicionais defendidas pela abordagem lingüística, uma vez que os pressupostos subjacentes às duas vertentes são semelhantes. Para Rodrigues (2000, p. 168), os teóricos da Escola da Manipulação julgam possível a recuperação dos significados que o autor depositou no texto, a qual é fruto de “uma leitura ‘protetora’, em que se recuperam os significados do autor” (p. 169). Nas palavras da autora,

apesar da diferença entre as metodologias, os objetivos, o objeto de pesquisa e mesmo em relação ao que esperam da tradução, os teóricos das duas vertentes analisadas aproximam-

se pela crença na possibilidade de que o texto de partida e a tradução compartilhem os mesmos valores. [...] Em todos os trabalhos o construto [equivalência] é mantido como uma espécie de símbolo de uma traduzibilidade pura ou da possibilidade de reconciliação ou acordo ou harmonia entre as línguas. (1999, p. 279)

Sua preocupação com a tradução como fenômeno marcadamente sociocultural, cujo estudo deve ser feito de forma descritiva e neutra, também já foi criticada. Em debate transcrito por Schäffner, sobre historicidade e subjetividade, Peter Bush questiona Toury acerca da possibilidade de desprezar a subjetividade do tradutor e analisar traduções apenas pelas normas culturais, dizendo-se preocupado com uma abordagem que despreza sua própria subjetividade, uma vez que, para ele, “a tradução literária, como muitas outras formas de tradução, é uma experiência intensamente subjetiva que é construída histórica e socialmente”. A grande pergunta de Bush é: “Como uma teoria que pretende analisar essa prática mas que despreza a sua própria subjetividade, poderia penetrar na subjetividade que está tentando analisar?” (SCHÄFFNER, 1999, p. 37)

A subjetividade defendida por Bush é essencial para os teóricos envolvidos com a linha de estudos pós-modernos conhecidos como Desconstrução, assunto da próxima seção.

3. A desconstrução e o adeus à equivalência

Os movimentos de reação ao essencialismo e ao racionalismo, que já estavam presentes na abordagem histórico-descritiva da tradução, chegaram ao seu ápice com os trabalhos de teóricos como Jacques Derrida, Stanley Fish e Jacques Lacan. A Desconstrução é uma linha teórica ligada ao pós-estruturalismo, movimento que abrange o conhecimento como um todo. Caracteriza-se, na tradução, pela multidisciplinaridade e pela ligação feita entre estudos

ligados à linguagem, à psicanálise e à cultura, sobre tópicos que vão desde a visibilidade do tradutor à discussão do pós-colonialismo. É uma corrente forte nos estudos de tradução feitos no Brasil, e conta com pesquisadores ligados especialmente a Rosemary Arrojo.

Ao tentar explicar o sentido da palavra desconstrução, Derrida acaba por afirmar o que a desconstrução não é: não é uma análise, nem uma crítica, nem um método. Tampouco “saberia reduzir-se a alguma instrumentalidade metodológica, a um conjunto de regras e de processos transponíveis” (1998, p. 22). Mais adiante, reconhece a dificuldade de definir o termo, que justifica pelo fato de

todos os predicados, todos os conceitos definidores, todas as significações lexicais, e mesmo as articulações sintáticas que parecem um momento se prestar a essa definição e a essa tradução são também desconstruídas ou desconstruíveis, diretamente ou não etc. (p. 23)

No que se refere à tradução, Derrida chega ao ponto de afirmar que ela é complemento e elemento essencial para a manifestação de Deus:

O homem não é uma abelha. Enquanto ser racional (Vernunftwesen) é destinado (bingestellt), colocado em vistas de, encarregado da tarefa de suplemento ou de complemento da manifestação do mundo (eine Ergänzung der Welterscheinung). Ele completa a fenomenalização do todo. Ele está aí para que o mundo apareça como tal, e para ajudá-lo a parecer como tal no saber. Mas se é necessário completar ou suplementar (erganzen), é que existe uma falta. Sem ele, a própria manifestação de Deus não estaria completa. O homem deve, por sua própria atividade, desenvolver (entwickeln) aquilo que faz falta na manifestação total de Deus (was nur der Offenbarung Gottes fehlt). É o que chamamos tradução [...]. (1998, p. 160)

A tradução, portanto, ocupa lugar de destaque no pensamento desconstrucionista, visto que é ato que desconstrói, pela sua própria natureza, tudo o que nela está envolvido: as línguas, os textos, os autores, os tradutores e as culturas.

Os adeptos da desconstrução opõem-se a qualquer tipo de equivalência entre textos ‘originais’ e traduzidos, já que rejeitam a estabilidade de sentido em qualquer enunciado. A significação não é algo definido aprioristicamente, por um autor todo-poderoso, pois o significado é “baseado em diferenças entre os termos e não em propriedades intrínsecas dos próprios termos...[o signo] não possui características positivas, só pode imaginar-se em relação ao que o diferencia dos demais signos do sistema” (RODRIGUES, 2000, p. 186-7).

Sendo assim, não há o que falar sobre equivalência entre línguas a não ser afirmar que ela é, por si só, impossível. A noção implica uma simetria que não existe na tradução, uma vez que não existe qualquer relação dessa natureza entre as línguas:

Traduzir, produzir o equivalente simétrico de uma língua em outra não pode se dar, então, pois as línguas sofrem de ser partidas de início, não havendo senão língua materna adquirida [...] já como resultado em aberto (mas não aberto de um modo qualquer) de inumeráveis traduções (SILVEIRA Jr., 1983, p. 61 *apud* FROTA, 2000, p. 177)³.

Para os desconstrucionistas, não há o significado ‘transcendental’, que sobrevive ou se manifesta em línguas diferentes, o que põe um fim a tentativas de encontrar equivalentes. A tradução não é considerada a busca de um texto ou termo equivalente, mas a transformação de um texto em outro, ambos com características próprias e ligados por cadeias de significação que se suplementam, definem e redefinem um arremedo de similaridade, representativo do desejo de essência ou unidade que assombra o homem (GENTZLER, 1993, p. 144).

O questionamento da tradução enquanto busca do significado determinável e seu reconhecimento como lugar em que se insere e se revela a diferença e não a similaridade são pontos de uma abordagem fortalecedora do papel do tradutor e do receptor do texto, a qual se mostra extremamente subjetivista. O tradutor deixa de ser um mero encarregado da substituição de vocábulos de uma língua por vocábulos com o mesmo significado em uma outra língua e passa à posição de transformador, autor, responsável pela construção de sentidos do texto de partida e do texto de chegada. Arrojo, ao discutir o papel do leitor, explicita também a autoridade do tradutor, leitor antes de tudo:

O leitor de um texto não pode proteger os significados originais de um autor porque, a rigor, nem o próprio autor poderia estar plenamente consciente de todas as intenções e de todas as variáveis que permitiram a produção e a divulgação de seu texto. Da mesma forma, no momento da leitura, o leitor não poderá deixar de lado aquilo que o constitui como sujeito e como leitor — suas circunstâncias, seu momento histórico, sua visão de mundo, seu próprio inconsciente. [...] somente poderá estabelecer uma relação com o texto [...], que será sempre mediada por um processo de interpretação, um processo muito mais ‘criativo’ que ‘conservador’, muito mais ‘produtor’ do que ‘protetor’. (1993: 18-19).

O conhecido conjunto de dicotomias sempre presente nas discussões sobre tradução, e que inclui os pares literal e livre, equivalente formal e equivalente dinâmico, palavra e sentido, cai no vazio quando se aceita o papel da tradução como transformação. Perde validade também pelo fato de que o próprio texto traduzido tem características provisórias, uma vez que o seu sentido também é instável e só pode ser construído a partir de fatores temporais.

O estudo de textos escritos por autores que simpatizam com as posições extremas defendidas pela desconstrução é sempre uma espécie de redenção, já que o tradutor e a tradução como produto

são alçados a patamares de autonomia a que nunca tiveram acesso nas visões mais tradicionais. No entanto, muitas questões são recorrentes em discussões de cunho mais prático: é possível aplicar essas teorias a qualquer tipo de texto? A defesa da autonomia do tradutor não é incompatível com o lugar que ocupa no mercado de trabalho, onde é limitado por prazos, expectativas e exigências do cliente? A terminologia existente em textos técnicos também aceita essa instabilidade de sentidos?

Embora a pós-modernidade e o pós-estruturalismo não tenham ainda convencido todos os envolvidos na atividade tradutória, especialmente os que atuam no mercado com textos considerados não-literários, não se pode negar a importância dos debates que suas fundamentações suscitam.

4. A função da equivalência na tradução

Não há dúvida de que a equivalência não deve ser encarada de forma tão cartesiana quanto quer Catford, tampouco há discussão acerca da existência de nuances de significado que um texto ou uma unidade lingüística menor pode apresentar. Pode-se dizer que a visão essencialista de uma leitura única foi bastante relativizada. No entanto, o termo ‘equivalência’, em um sentido mais voltado à função do texto de chegada e aos aspectos culturais envolvidos na tradução, mantém sua relevância.

O próprio uso do termo por profissionais e por estudantes demonstra a presença da idéia na vida dos tradutores. O tradutor o utiliza para designar o que busca para seu trabalho, o ‘equivalente’ no seu sentido mais pragmático. Não há questionamentos sobre a existência ou validade do conceito, o que talvez possa ser explicado pela ampla aceitação das idéias mais tradicionais sobre língua e, conseqüentemente, sobre tradução.

São fatos bem refletidos no título do artigo de Capellas-Espuny (1999), “O problema da equivalência terminológica no direito ma-

rítimo internacional” (em inglês: “The problem of terminological equivalence in international maritime law”) e no uso de “equivalente” em mensagens facilmente encontradas em qualquer lista de tradutores da Internet, em que os participantes buscam ajuda ou conselhos para as traduções que estão fazendo.

Schmitz, em artigo de 2001, tenta responder a perguntas relativas à propriedade e à utilidade da noção para os estudos de tradução e conclui que

sob uma perspectiva pedagógica, o conceito de equivalência, juntamente com suas diferentes tipologias, mostra-se útil para os alunos, um ponto de partida para seu trabalho como futuros tradutores. O conceito “equivalência” depende de modelos específicos de tradução para estabelecer seu “status teórico” ou forma de “ver” diferenças ou similaridades entre textos na língua fonte e na língua meta. (2001, p. 61)

Certamente, a equivalência dá aos profissionais e especialmente aos alunos uma certa segurança, pelo menos para iniciar suas pesquisas. O conforto de pensar na existência de uma relação perceptível entre texto de partida e texto de chegada permite que tenham uma atitude otimista (e ilusória) frente à atividade que o aguarda. A equivalência não é o objetivo da tradução, como assinala Robinson (1991, p. 259), mas uma ilusão, “uma ficção interpretativa que ajuda o tradutor a alcançar o verdadeiro objetivo da tradução, um texto que funcione na LM – e é apenas mais uma de muitas ficções desse tipo”.

Portanto, difícil é falar de tradução sem falar de equivalência. Mesmo autores contrários a ela reconhecem que há uma ligação entre os textos e as línguas envolvidas. Essa ligação pode receber nomes diferentes como simetria, adequação ou aceitabilidade. A equivalência (ou seja lá qual for o nome utilizado) só pode ser analisada dentro de um parâmetro teórico específico, que estabeleça as bases para sua conceituação e os objetivos a serem atingidos

pelo tradutor. Parece óbvio que alguns fatores devem ser levados em conta, como a função do texto de partida e especialmente do texto de chegada e os universos culturais e lingüísticos envolvidos.

Nesse sentido, Azenha resume bem o papel da equivalência ao afirmar que “falar de equivalência em tradução, inclusive em tradução técnica, implica falar também em acomodação a um outro espaço lingüístico-cultural, um outro universo de valores” (1999, p. 126). Note-se que “acomodação” requer respeito a regras da cultura de chegada, a normas discursivas e textuais aceitas pelo grupo a que o texto se dirige. Um processo que ocorre também com algum desconforto, uma vez que esse ‘universo de valores’ tem de abrir espaço para o novo, o estranho, e adotá-lo como algo seu.

Notas

1. Este artigo foi escrito com base em capítulo da minha dissertação de mestrado, intitulada *A equivalência ilusória: reflexões sobre o ensino de tradução jurídica*, defendida em agosto de 2002, no Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, da Universidade de Brasília.

2. HOLMES, J. S. On matching and making maps: from a translator's notebook. *Delta* 16 (4): 67-82, 1973.

3. SILVEIRA Jr., P. M. *A tradução: dados para uma abordagem psicanalítica*. Rio de Janeiro: A outra, 1983.

Bibliografia

ARROJO, R. Desconstrução, psicanálise e ensino de tradução. In: ARROJO, R. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

AZENHA Jr., J. *Tradução técnica e condicionantes culturais: primeiros passos para um estudo integrado*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 1999.

CAPELLAS-ESPUNY, G. *The problem of terminological equivalence in international maritime law: the case of hypothèque and mortgage in the document Final Act and International Convention on Maritime Liens and Mortgages*. Translation Journal. Disponível em: < <http://www accurapid.com/journal/09legal1.htm>> Acesso em 15 agos. 1999.

CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução: um ensaio em lingüística aplicada*. Tradução do Centro de Especialização de Tradutores de inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas São Paulo: Cultrix; Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1980.

DERRIDA, J. Carta a um amigo japonês. In: OTTONI, P. *Tradução: a prática da diferença*. Tradução de Érica Lima. Campinas: UNICAMP, FAPESP, 1998.

_____. Teologia da tradução. In: OTTONI, P. *Tradução: a prática da diferença*. Tradução de Nícia Bonatti. Campinas: UNICAMP, FAPESP, 1998.

FAWCETT, P. *Translation and language: linguistic theories explained*. Manchester: St. Jerome, 1997.

FROTA, M. P. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*. Campinas: Pontes, 2000.

GARRE, M. *Human rights in translation: legal concepts in different languages*. Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 1999.

GENTZLER, E. *Contemporary translation theories*. London - New York: Routledge, 1993.

HERMANS, T. *The manipulation of literature: studies in literary translation*. London: Croom Helm, 1985.

_____. Translation and normativity. In: SCHÄFFNER, C. (ed.) *Translation and Norms*. Clevedon: Multilingual Matters, 1999.

LEVEFERE, A. *Translation, rewriting and the manipulation of literary fame*. London – New York, Routledge: 1992.

NEWMARK, P. *Approaches to translation*. Oxford: Pergamon, 1981.

NIDA, E., REYBURN, W. D. *Meaning across cultures*. New York: Orbis Books, 1981.

NIDA, E., TABER, C. R. *The theory and practice of translation*. Leiden: E. J. Brill, 1982.

ROBINSON, D. *The translator's turn*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

RODRIGUES, C. C. Tradução e diferença: uma proposta de desconstrução da noção de equivalência em Catford, Nida, Lefevere e Toury. *Síntesis*, v. 4, 1999.

_____. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SCHÄFFNER, C. (ed.) *Translation and Norms*. Clevedon: Multilingual Matters, 1999.

SCHMITZ, J. R.. The promise and perils of equivalence in translation studies. *Tradução e Comunicação – Revista Brasileira de Tradutores*, São Paulo, n. 10, p. 57-74, maio 2001.

TOURY, G. *In search of a theory of translation*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1980.